Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

REVISTA MUTIRÕ
Folhetim de Geografias Agrárias do Sul
ISSN: 2675-3472
https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E ORDENAMENTO TERRITORIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA LIBERTADORA NO ÂMBITO DA DISCIPLINA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Alcides Furtado Brito

RESUMO

No contexto da pandemia de Covid-19 a educação buscou se reinventar com adoção do ensino remoto e uso ampliado das múltiplas plataformas para a promoção da educação em tempos de quarentena. A Universidade Federal do Pernambuco-UFPE, através do Programa de Pós-graduação em Geografia –PPGeo, oportunizou para os brasileiros e estrangeiros, graduandos e pós-graduandos, a abertura de inscrição na disciplina Agricultura familiar camponesa e ordenamento territorial, ministrada online nos meses de julho a outubro de 2021. O presente trabalho trata-se de um relato de experiência vivenciado ao cursarmos a disciplina. Adotamos como metodologia padrão observações e anotações sistemáticas das aulas, dos debates e das trocas de experiências nas aulas síncronas, correlacionando com textos disponibilizados pelos professores e pesquisadores. A disciplina possibilitou um espaço crítico reflexivo que gerou um aprofundamento de cunho teórico-prático sendo capaz de atingir e despertar a sensibilidade humana. Ao se propor debater temas de imensurável relevância tais como: campesinato, questão agrária, territórios tradicionais indígenas e quilombolas, produção agroecológica, agronegócio, dentre outros, abriu espaço para o pluralismo de falas e fez ecoar a voz dos gritos constantes dos povos tradicionais que lutam por justiça social, pelo reconhecimento e respeito aos seus territórios e que historicamente foram negligenciados. Destacamos como indispensável contribuição a reflexão em torno do "espaço de fala" do pesquisador despertando para a necessidade de uma nova postura científica, desta vez politizada e crítica das atuais formas de dominação e subjugação rompendo o modelo tradicional no âmbito das pós-graduações e oportunizando uma experiência libertadora de educação.

Palavras-chave: campesinato, território, povos tradicionais

PEASANT FAMILY FARMING AND TERRITORIAL PLANNING: REPORT ON A LIBERATING EXPERIENCE WITHIN THE SUBJECT OF GRADUATE GRADUATION

ABSTRACT
In the context of the Covid-19 pandemic, education sought to reinvent itself with the adoption of remote learning and increased use of multiple platforms to promote education in times of quarantine. The Federal University of Pernambuco-UFPE, through the Postgraduate Program in Geography –PPGeo, provided Brazilians and foreigners, undergraduates and graduates, with the opening of enrollment in the discipline Peasant family agriculture and territorial planning, given online in the months from July to October 2021. The present work is an experience report lived while studying the subject. We adopted as standard methodology observations and systematic notes of classes, debates and exchanges of experiences in synchronous classes, correlating with texts provided by teachers and researched. The discipline allowed a critical reflective space that generated a deepening of a theoretical-practical nature, being able to reach and awaken human sensitivity. By proposing to debate topics of immeasurable relevance such as: peasantry, agrarian question, traditional indigenous and quilombola territories, agroecological production, agribusiness, among others, it opened space for the pluralism of speeches and echoed the voice of the constant cries of traditional peoples who struggle for social justice, for the recognition and respect for their territories that have historically been neglected. We highlight as an indispensable contribution the reflection on the researcher's "speech space" awakening to the need for a new scientific posture, this time politicized and critical of the current forms of domination and subjugation, breaking the traditional model in the context of graduate studies and providing opportunities a liberating experience of education.

Keywords: peasantry, territory, traditional peoples

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA Y ORDENACIÓN TERRITORIAL: INFORME DE UNA EXPERIENCIA LIBERADORA EN LA ASIGNATURA DE GRADUACIÓN DE GRADUADO

ABSTRACTO
En el contexto de la pandemia Covid-19, la educación buscó reinventarse con la adopción del aprendizaje remoto y un mayor uso de múltiples plataformas para promover la educación en tiempos de cuarentena. La Universidad Federal de Pernambuco-UFPE, a través del Programa de Posgrado en Geografía –PPGeo, brindó a brasileños y extranjeros, licenciados y graduados, la apertura de matrícula en la disciplina Agricultura familiar campesina y planificación territorial, impartida en línea en los meses de julio a octubre 2021. El presente trabajo es un relato de experiencia vivida durante el estudio de la asignatura. Adoptamos como metodología estándar observaciones y apuntes sistemáticos de clases, debates e intercambios de experiencias en clases sincrónicas, correlacionadas con textos aportados por profesores e investigados. La disciplina permitió un espacio de reflexión crítica que generó una profundización teórico-práctica, pudiendo llegar y despertar la sensibilidad humana. Al proponer a debatir temas de inconmensurable relevancia como: campesinado, cuestión agraria, territorios tradicionales indígenas y quilombolas, producción agroecológica, agronegocios, entre otros, abrió espacio para el pluralismo de discursos y se hizo eco de la voz de los constantes gritos de los pueblos tradicionales que Lucha por la justicia social, por el reconocimiento y respeto de sus territorios históricamente descuidados. Destacamos como un aporte indispensable la reflexión sobre el "espacio de habla" del investigador que despierta la necesidad de una nueva postura científica, esta vez politizada y crítica de las formas actuales de dominación y subyugación, rompiendo el modelo tradicional en el contexto de los estudios de posgrado y brindando oportunidades una experiencia educativa liberadora.

Palabras clave: campesinado, territorio, pueblos tradicionales.

INTRODUÇÃO

O mundo vive uma grande catástrofe onde passamos a enxergar a fragilidade do ser humano frente à pandemia do Covid-19: um ser microscópico se pôs a nos ensinar quão frágil é a nossa espécie. Apenas no Brasil dados públicos apontam que mais de 680 mil vidas foram ceifadas e outras milhares debilitadas com sequelas na saúde física e psíquica e consequências na organização social e econômica.

No contexto supracitado, a educação buscou se reinventar, tanto em nível básico quanto no ensino superior houve adoção do ensino remoto com uso ampliado das múltiplas plataformas, especialmente as disponibilizadas pelo Google, como forma de superar as adversidades impostas, dentre elas a necessidade de darmos continuidade a promoção da educação em tempos de quarentena.

A Universidade Federal do Pernambuco-UFPE, através do Programa de Pós-graduação em Geografia –PPGeo, por sua vez, oportunizou para os brasileiros e estrangeiros, graduandos e pós-graduandos, a abertura de inscrição na disciplina Agricultura familiar camponesa e ordenamento territorial, ministrada online, pelo professor Dr. Cláudio Ubiratan da UFPE e pelo professor Dr. Sávio José Dias Rodrigues da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, nos meses de julho a outubro de 2021.

A disciplina contou com a participação de professores convidados da universidade promovente e de outras, dos quais destacamos: Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (UFPE), Dr. Saulo Barros da Costa (COLUN/UFMA), Dra. Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima (UFMA), Dr. Avelar Araújo Santos Junior (UFAL) e Dr. Francisco Amaro Alencar (UFC).

Um dos principais diferenciais dessa disciplina foi a valorização dada a representantes de movimentos e organizações sociais. Não limitada a um grupo seleto do mundo acadêmico, houve abertura para um amplo diálogo com a base, com os que estão nas lutas diárias em suas comunidades, abriu-se espaço e deu-se voz, com isso obtivemos uma justaposição entre teorias e práxis. Destacamos entre os participantes: Alzerina Monteiro-MST, Maria José-CPT, Marciel Bento-CPT, Áurea Alves-Comunidade Ludovico (Lago do Junco-MA), Lucca Muypurá-Povo Anapuru Muypurá (Brejo)/UNEB, Hemerson Hebert de Sousa Pereira-CIMI, Linalva Cunha Cardoso Silva-CPT, Lenara Rodrigues-CPT, Leandro dos Santos-Território Quilombola de Cocalinho-MA.

Outros dois pontos que merecem ser destacados na experiência satisfatória dessa disciplina foi a abertura para participação de pessoas graduandas, na modalidade de curso de extensão, bem como, a participação de hermanos da Colômbia, Peru, Venezuela e Uruguai, semeando visões e concepções multiterritoriais distintas que enriqueceram as socializações e o debate.

De forma muito organizada e com antecedência fora disponibilizado, através do Google drive, todos os textos norteadores e complementares, além da ementa e cronograma, disponível em Português e Espanhol. Os participantes também puderam ingressar no grupo do WatssApp, onde igualmente tinham acesso aos textos, ao link para participação das reuniões, aos vídeos sobre as temáticas e outras diversas informações.

As aulas seguiam a ordem de acolhimento dos participantes, abertura para falas e posteriormente uma rica socialização e troca de experiência entre todos os participantes. Desde o início já ficara evidenciado que o objetivo da disciplina não era desenvolver o modelo padrão com extensas falas norteadas por slides e perguntas mas centrar a disciplina na socialização, onde todos nos sentíamos iguais. Se Paulo Freire já destacava em sua obra Pedagogia do oprimido (2018) que não existe um saber mais nem um saber menos, mas sim saberes diferenciados, nessa disciplina compreendemos essa afirmativa e mais, a exercitamos.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência vivenciado entre os meses de julho a outubro de 2021 ao cursarmos a disciplina de Agricultura familiar camponesa e ordenamento territorial, ministrado no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE.

Adotamos como metodologia padrão observações e anotações sistemáticas das aulas, dos debates e das trocas de experiências nas aulas síncronas, correlacionando com textos disponibilizados pelos professores, bem como, pesquisados por nós com foco em território, campesinato e temas correlatos.

Se tratando de um relato de experiência, demos a merecida importância às nossas percepções e apresentamos como objetivo principal as contribuições da disciplina para uma nova compreensão do papel do pesquisador, sua percepção de

território e das lutas dos povos tradicionais. Não transcrevemos falas, mas adotamos uma postura diferenciadora ao apresentar os poemas produzidos ao término de alguns encontros como fruto das provocações. Destaca-se que até a vivência dessa experiência nunca havia produzido uma só linha de poesia. Registramos essa metodologia como uma experiência libertadora e não convencional, fruto da disciplina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como bem discorre Paulino (2008), por fatores ligados à polissemia e às questões doutrinárias não encontramos consenso sobre os conceitos de território e Campesinato. Optar por um conceito de campesinato não é uma tarefa simples, como bem destaca Moura (1986, p. 13) "camponês e campesinato são conceitos de grande vitalidade, de grande força histórica, tanto teórica quanto empiricamente" e por isso complexos de serem definidos.

> [...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2008/2009, apud WANDERLEY, 2015).

Por sua vez, uma das mais importantes obras já apresentadas sobre a discussão de território, a obra de Claude Raffestin, "Por uma Geografia do Poder", destaca que "o território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (1993, p.43).

Para desenvolvimento da reflexão conceitual Raffestin destaca ainda que se considerarmos as exposições de Lefebvre (1978) passamos a compreender o território a partir da projeção de um trabalho, ou seja, energia e informação sobre o espaço que por consequência revela relações marcadas pelo poder. Dessa forma, sempre vamos encontrar a manifestação dos poderes diversos sejam políticos, econômicos ou simbólicos, que com a presença de diversos atores imprimem sobre o espaço ou território.

> [...] ao contrário das geografias de matriz eurocêntrica, especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território, a partir da ação dos grupos hegemônicos, na América Latina ele é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social (HAESBAERT, 2021, p.162).

Como bem descreve Haesbaert (2021) uma das maiores contribuições do debate latino americano sobre território é a sua compreensão para além do mero espaço físico. Que parte do espaço vivido, usado mas não limitado ao "valor de uso", e que se expressa em seu valor simbólico, até mesmo corporal. Segundo o mesmo pode-se sintetizar as contribuições latinas américas sobre três abordagens:

> a) A abordagem que, em intenso diálogo com referências europeias (especialmente anglo-saxônicas, mas também francesas e italianas) e norte-americanas, propõe o território como o conceito geográfico mais pertinente para analisar as relações espaço-poder, porém ampliando a concepção de poder e dando grande importância à sua dimensão simbólica (as diferentes formas de construção identitária), o que representa uma clara imersão na descolonialidade do poder, sobretudo a partir de sua face étnico--cultural e de gênero, contra ou anti-hegemônica.
> b) A abordagem que, principalmente a partir de uma perspectiva de gênero, enfatiza o território relacionado à escala primordial do corpo, o "corpo-território", proveniente principalmente de proposições de pesquisadoras feministas (ou ecofeministas) e do movimento indígena, que atentaram para o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência.
> c) A abordagem que amplia de tal forma a concepção de território que faz dele quase sinônimo de espaço de vida, humano e não-humano – embora já sugerido (mas pouco desenvolvido) em obras de alguns geógrafos, trata-se de uma proposta externa à Geografia, proveniente de trabalhos como o do antropólogo Arturo Escobar a partir das comunidades afrodescendentes ("palenques") da região do Pacífico colombiano.

Compreender as ações realizadas pelos múltiplos atores à luz de sua intencionalidade marcada sobre o território é uma tarefa árdua e que exige compromisso de escuta e análise dos agentes envolvidos, especialmente dos historicamente marginalizados.

Ao compreendermos a ciência como produto do trabalho humano, espaço da não-neutralidade, despertamos para o compromisso de quem se propõe a pesquisar com o intuito de descolonizar, de superar o pensamento hegemônico.

> Em outras palavras, os recortes propostos, as escolhas metodológicas nos procedimentos investigativos e na sistematização das ideias são coerentes com uma orientação filosófica, teórica, que decorrem exatamente do lugar

> com o qual nos identificamos na estrutura das classes (PAULINO, 2008, p. 202).

Desse ponto, e com as reflexões derivadas das disciplinas e das interações nos espaços da pós-graduação recordamos as colocações frequentes na elaboração das nossas escritas: "De onde parte nossa fala?", essa pergunta frequente nos situa em relação a nossa pesquisa para além da concepção de classe, ela revela a posição, a situação contextual entre o pesquisador e o objeto de sua pesquisa, suas motivações, inspirações e buscas no contexto do território pesquisado.

> Deve-se ressaltar, contudo, o cuidado para não sobrevalorizar esse papel do "lugar de fala", seja no sentido mais estritamente cultural-sociológico, seja no sentido geográfico-histórico. Apesar de sua grande relevância, deve-se ter cuidado para não incorrer na leitura simplificada e, por vezes (auto)segregadora, de que somente quem vive um determinado processo "de dentro" é que pode falar.
> [...] a reflexão de um ponto de vista externo pode contribuir para perceber outras perspectivas que, às vezes, olhando apenas a partir de dentro e do "calor das lutas", não conseguimos divisar com clareza. Além disso, no jogo entre categorias da prática, do senso comum e/ou do vivido e categorias de análise mais intelectualizadas não deve ser estabelecida uma nova hierarquia, agora invertida, mas uma dinâmica mutuamente transformadora que, além de tudo, sempre dá margem para a manifestação de uma pluralidade de vozes (HAESBAERT, 2021, p.42-43).

Não se trata de sobrevalorizar o papel do lugar de fala, ou de incorrer no erro de achar que só quem vivenciou determinado processo é que tem poder para falar sobre o assunto, ou de gerar uma hierarquia invertida entre o senso comum e/ou do vivido e as categorias de análise mais intelectualizadas, mas sim de pluralizar, como bem descreve Haesbaert (2021): "Pluralizar a fala é sobretudo dar fidedignidade a realidade tratada e abrir espaço para quem, ao contrário dos detentores do capital, dificilmente são vistos e ouvidos".

Nesse contexto, ao participar dessa disciplina e do amplo espaço concedido às lideranças das comunidades tradicionais nos fez recordar a importância de em nossas pesquisas nos colocarmos em defesa da vida, do meio ambiente, dos territórios, das expressões culturais plurais, e principalmente, de sermos capazes de mergulhar no universo pesquisado e dele fazer parte, de sair do comodismo e da indiferença científica. Assim retratamos esse desejo em poesia produzida pelo autor a partir da participação nos debates e demais interações na disciplina:

O acordar da indiferença

Que teus gritos sejam tão fortes que silenciem os pulmões daqueles que tentaram te silenciar.
Que teus gritos se tornem meus gritos e assim também possam ecoar.
Que teus gritos sejam tão fortes que possam desconstruir aquilo que meu silêncio outrora permitiu edificar.
Grita! Grita! Para que possamos finalmente escutar.
Que meu silêncio e minha dormência finalmente possam passar
Que meu Deus e teu Deus possam nos conectar
Que as rupturas sejam abissais, tão profundas que ninguém ouse questionar.
Que a união seja tão indissociável que ninguém possa separar.
Grita! Grita! Grita! Pois finalmente poderei acordar.
O meu silêncio histórico foi o lastro de tua dor,
a valentia brochada que se alimentou do meu sono,
as costas viradas,
as quatro mãos que fingiam ter, para poder cobrir aos mesmo tempo tudo que via e ouvia.
Grita! Grita! Pois só assim posso acordar.
Se sou mal não é o caso, mas sou no caso o próprio descaso,
o silêncio que causa a dor, a mesa farta a servir lavagens,
o comportamento intolerável que não se arrisca a se descompor.
Sou o náufrago em pleno porto, o cadáver que não está morto, o parto da não grávida, o atraso do que sequer ousou sair.
Eu sou o descontento, o desatento, o dissabor do teu labor.
Grita! Grita! Pois a minha indiferença precisa acordar.

Os textos, os depoimentos e as narrativas vivenciadas provocaram em nós o reconhecimento de que, por vezes, nossas pesquisas estão fragilizadas por sua indiferença, pelo esvaziamento de toda e qualquer exposição que venha dar voz aos gritos constantes dos povos tradicionais que lutam por justiça social, pelo reconhecimento e respeito aos seus territórios.

Ao discutirmos e debatermos a escravidão contemporânea com provocativas de vídeos, textos e relatos de pessoas combativas a escravidão, por exemplo, nos fez reconhecer como é grave essa estrutura social a se reproduzir. Passados cento e trinta e três anos desde a abolição da escravatura continuamos a encontrar, seja no campo ou na cidade, pessoas trabalhando em condições subumanas, sem ambientes adequados de higiene, de segurança, de alimentação e de exercício do próprio trabalho, por vezes privados até de sua liberdade individual sob ameaças físicas e de alegação de dívidas.

Nesse contexto histórico, as dificuldades do Estado em conter práticas de escravidão revelam sua fragilidade, quando não o seu comprometimento com tal prática em algumas regiões, como bem descreve Figueira (200, p.33) ao retratar os dilemas da escravidão nos municípios do Araguaia paraense [...] "Houve, pois, uma coincidência entre os grandes projetos financiados pelo Estado e a maior prática conhecida de trabalho escravo e violações das leis trabalhistas".

Frente a essa realidade, diversos segmentos da sociedade a exemplo da Comissão Pastoral da Terra-CPT, Organizações Não Governamentais-ONG, Universidades, dentre outras, instituem formas variadas de lutas no intuito de combater essa prática perversa, exigindo a punição dos promotores de tais práticas e oportunidades de trabalho digno para que esses trabalhadores em virtude de sua vulnerabilidade social não venham a ser cooptados novamente, como vem acontecendo no atual cenário.

Todas essas discussões provocam em nós uma inquietação, que de outra forma a não ser pela arte poderia emergir. Em forma de poesia, registramos de forma profunda o desejo de se comprometer para com a mudança dessa realidade, de assegurar o direito basilar de toda criatura humana: a liberdade.

Fica com a tua gaiola pois o meu canto é livre.

Quero abolir todas as faces de perversidade.
Desejo superar a escravidão no campo e na cidade.
Servidão, escravidão, do corpo e da alma,
exigem um basta em plena contemporaneidade.

Abolicionismo não rima com o fim da dor
mas é o primeiro passo para quem se mostra pronto ao amor.
Abolir significa libertar, consciências, credos e culturas.
Significa romper com perversas estruturas.

Deve ser a premissa de um sonhador,
o primeiro passo de um bom lutador,
a voz de toda uma nação
a gritar pelo fim de todas as formas de dominação.

O grito de nossa geração não deve se acovardar
aos moldes de uma falsa alegação de que escravidão não vamos mais encontrar,
já é escravo que pensa assim, pois se livremente não podemos ver e enxergar
outra denominação, a não ser escravo, posso eu denominar.

Escravo da mente ou escravo da carne,
são todos escravos os que nessa estrutura se agarrem.
Produção livre e desimpedida do nosso solo campesino: a universidade
é o que todos queremos como forma de liberdade.

Livre para ser, livre para pensar, livre para escrever, livre para publicar,
Livre para cultivar, livre para amar, livre para ir, mas também para voltar.
Livre para orar, livre para não acreditar, livre para amamentar e livre para celebrar,
Livre para sorrir, livre também para chorar, livre para sonhar e também realizar.

O compromisso científico com a mudança do modelo predatório de sociedade urge. Uma nova leitura sobre o abolicionismo que incorpore a intolerância com todas as formas de escravidão se faz necessário mais do que nunca. Não basta darmos um não a escravidão de trabalhadores é necessário o compromisso de mudança com a estrutura histórica que assegura reprodução da estrutura social excludente.

O primeiro e mais importante passo sem dúvidas é libertarmos a terra, historicamente escravizada pela especulação imobiliária, pela exploração das grandes

corporações que fazem uso indiscriminado de agrotóxicos, de insumos e que extirpam a biodiversidade. A reforma agrária e as práticas de agriculturas que valorizem a biodiversidade são, portanto, as primeiras estruturas a serem constituídas, as quais sem elas todas as demais medidas constituem-se em apenas paliativas.

As transformações sociais necessárias perpassam por mudanças do rumo político brasileiro, as quais só serão possíveis com a força de uma intensa organização da sociedade através de uma formação crítica reflexiva. Como em um jogo de xadrez a política brasileira tem concentrado o poder nas mãos de uma minoria elitista comprometida tão somente com o próprio bem-estar e com a concentração de riquezas, socializando apenas a conta a pagar por suas mordomias. Uma boa parcela dos trabalhadores, peões, ludibriados por um discurso de meritocracia seguem individualmente achando que se mudarem sua realidade individual tudo mudará. É necessário mais e esperamos provocar com essa reflexão em poesia:

ASSIM COMO NO XADREZ

Imagine você se o peão do xadrez parasse para refletir
e assim percebesse antes de prosseguir,
que são maioria, que sua missão é andar para frente sem jamais recuar
possivelmente seu destino poderia até mudar.

Imagine você se ele decidisse as regras do jogo mudar,
se não fosse para frente mas refletindo decidisse recuar,
se bispo, rei ou rainha decidisse se tonar.
Ou criasse uma nova regra onde no cavalo poderia cavalgar.

Imagine você que até o tabuleiro poderia mudar,
colocando flores ao invés de quadrados poderia suavizar,
o jogo desonesto onde o peão só fica a atacar,
numa possível esperança de uma rainha poder se tornar.

E se houvesse uma regra onde todos pudessem vencer,
Onde o poder não fosse o centro de todo o prazer,
onde não houvesse nenhuma oposição
mas o desafio fosse apenas uma grande promoção.

Promoção da vida, eu quero dizer,
sem discriminação nem o peão desmerecer,
Onde a legítima estratégia fosse a grande façanha
de todos vencerem sem nenhuma barganha.

E se não houvesse lado, mas um mesmo sentindo.
Todos poderiam marchar e até jogar despercebido
sem o risco de um xeque-mate ter que enfrentar,
nessa batalha todos finalmente poderiam ganhar.

Não é possível mudar sem atingir as regras do jogo político dominante, sem despertar na sociedade atual um desejo de uma promoção social para todos, e não meramente individual. É necessário um novo cenário, e para esse precisamos do engajamento de toda sociedade a começar pelo escritor do artigo, do leitor e de todos o que pudermos provocar à reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma boa disciplina acadêmica é aquela capaz de provocar reflexões, de despertar no acadêmico o desejo de mudança de postura e de estabelecer novos compromissos. A disciplina Agricultura familiar camponesa e ordenamento territorial ao adotar uma metodologia de ensino remoto capaz de unir teóricos, povos tradicionais e acadêmicos de diversos níveis, segmentos e lugares do Brasil e exterior possibilitou um espaço crítico reflexivo que não apenas gerou um aprofundamento de cunho teórico-prático, mas igualmente foi capaz de atingir e despertar a sensibilidade humana.

Ao se propor debater temas de imensurável relevância tais como: campesinato, questão agrária, territórios tradicionais indígenas e quilombolas, produção

agroecológica, novas fronteiras agrícolas e o agronegócio, formas de organização e juventude, dentre outros, a disciplina abriu espaço para o pluralismo de falas e fez ecoar a voz dos gritos constantes dos povos tradicionais que lutam por justiça social, pelo reconhecimento e respeito aos seus territórios e que historicamente foram negligenciados.

Por fim destacamos como indispensável contribuição a reflexão em torno do "espaço de fala" do pesquisador, despertando para a necessidade de uma nova postura científica, desta vez politizada e crítica das atuais formas de dominação e subjugação. Afirmamos sem dúvidas que a disciplina rompeu o modelo tradicional no âmbito das pós-graduações e oportunizou uma experiência libertadora de educação.

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina". Buenos Aires: CLACSO, 2021.

MOURA, M.M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

PAULINO, Eliane Tomiasi.Território e campesinato: da teoria à práxis. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (1): 199-211, jul./dez., 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

FILGUEIRA, Ricardo Rezende. **Por que o trabalho escravo?** Trabalho escravo: hoje • Estud. av. 14 (38) • Abr 2000 • Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000100003. Acesso em: 10 Nov 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro**: uma história de resistência RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

Alcides Furtado Brito

Graduado em Geografia e Especialista em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri-URCA, Bacharel em Direito pela Faculdade Paraíso do Ceará-FAP, Mestre em geografia pela UFC, Doutorando em Geografia pela UECE e professor com experiência em Ensino Médio e Superior com 18 anos de experiência em sala de aula.

ORCID: http://orcid.org/0000-0003-2910-6741

Email: britoalcidesfurtado@gmail.com

Artigo recebido em 04/10/2022 e aceito em 14/12/2022